

Best Medical Opinion dá contributo para Proposta de Lei que visa alterar o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses

A Direcção da Best Medical Opinion, perante a Proposta de Lei n.º 200/XIII - Altera o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses, que esteve em apreciação pública no portal www.parlamento.pt, enviou uma comunicação à Assembleia da República - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sendo esse texto o contributo da Best Medical Opinion para que a alteração legislativa não deixe de garantir as competências técnicas em simultâneo com a ausência de conflito de interesses e incompatibilidades dos profissionais, individualmente, e das demais entidades envolvidas na execução das perícias.

O seguinte link permite o acesso ao excerto da comunicação que a Direcção da Best Medical Opinion remeteu ao Parlamento:

<http://www.bmop.pt/-a-empresa-contributo-da-direccao-proposta-de-lei-200XIII-altera-o-regime-juridico-da-realizacao-das-pericias-medico-legais-e-forenses>.

Foto: Imagem parcial do texto inicial da Proposta de Lei n.º 200/XIII



PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º 200/XIII

Exposição de Motivos

A realização de perícias médico-legais de forma urgente constitui um pressuposto necessário à investigação médico-legal em múltiplas situações. É imprescindível, designadamente, para a colheita de vestígios biológicos que possam vir a ser perdidos em razão da demora da intervenção pericial, para o exame do corpo no local na ocorrência de um crime e para o registo de lesões que possam deixar de ser visíveis, entre muitas outras circunstâncias. Trata-se de uma intervenção pericial que é realizada pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (o Instituto), desde há muito, mas cujo enquadramento legal importa redefinir.